



ATA N.º 5/2013

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e treze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014. PROPOSTA Nº. 75/GAPV/2013;**
- 3. REDUÇÃO DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS ADMINISTRATIVAS DEVIDAS PELA INSTALAÇÃO DE QUIOSQUES NA ZONA HISTÓRICA DA CIDADE DE CHAVES;
- ADITAMENTO DO ARTIGO 28-Aº, AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº. 63/GAV/2013;**
- 4. PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 2º TRIMESTRE 2013 – INFORMAÇÃO Nº. 17/DGF/2013;**
- 5. LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013. INF.9/DGF/SC/2013;**
- 6. AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SUPORTE AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS POR UM PERÍODO DE 36 MESES. INF. 03/DGF/2013;**
- 7. CANDIDATURA “ÁQUEA FLÁVIA DIGITAL” / SAMA / COMPETE. INF. 15/GSIC/2013;**
- 8. EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.” CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA O ANO DE 2013. APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA. PROPOSTA Nº 68/GAPV/2013;**
- 9. ACORDO REVOGATÓRIO PARA A EXTINÇÃO DOS EFEITOS DO CONTRATO “CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DO REBENTÃO”, ENTRE O MUNICIPIO DE CHAVES E O CLUBE DE CAMPISMO E CARAVANISMO DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 80/GAPV/2013;**
- 10. PROJETO DE REGULAMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 69/DAF/2013;**



11.REGULAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO. INFORMAÇÃO N.º9/DRH/SHST/2013;

Depois de verificado o quórum contaram-se as seguintes faltas:

Ana Paula Fernandes Jesus Moura

Raul Miguel Matos Cunha

Gustavo Batista

João Carlos Alves Neves

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Manuel Norberto da Costa Santos

Maria Manuela Tender

Fernando Manuel Esteves Pinto

Maria Aline Silva Ferreira Caetano

Ricardo Alexandre Fontes Correia

Susana Isabel Santos Ramos

Sara Emanuel Brandão Ribeiro

Rui Jorge da Silva Oliveira

Antes do início dos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Vicente Almeida e Silva dirigiu aos presentes as seguintes palavras:

“Esta é a última Assembleia a que tenho a honra e o privilégio, de presidir. Gostaria se o permitissem de dirigir algumas poucas palavras do meu sentir neste momento.

Desde logo ao Senhor Dr. João Batista e restantes Vereadores, pelo relacionamento sem mácula, quer pessoal, quer institucional e a delicadeza ímpar com que sempre me trataram. A todos, endosso um voto de rendido louvor.

Aos Senhores Presidentes de Junta pela forma mais genuína como interpretaram a democracia na defesa irredutível das suas populações. Com eles muito aprendi e cresci em sabedoria. Para eles a minha penhorada gratidão.

Aos Senhores Deputados Municipais, nas pessoas dos seus líderes de bancada - Dr. Nelson Montalvão, Dr. Francisco Pinto de Barros, Dr. Manuel Cunha, Professor João Sanches e Senhor Valdemar Carneiro.

Por vezes, Senhores deputados desperdiçaram talento e arte em hipérboles discursivas, mas no essencial foram verdadeiros titãs nas vossas convicções, primeiro e último reduto da afirmação deste vetusto Concelho de Chaves. Bem hajam pela enorme entrega a que se propuseram.

Agradeço aos meus braços direitos, Professor Viegas e Enfermeira Inês, pela estoica paciência que tiveram sempre para comigo.

Por último, mas sem serem os últimos, uma saudação na pessoa da D. Maria das Graças, ao Gabinete de Apoio desta Assembleia, porque sempre foram profissionais dedicados. Obrigado pela vossa disponibilidade.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimos Senhores deputados. Termina estes doze anos com a sensação de que um



pouco de mim ficou por aqui, mas muito de vós vai comigo. A todos um abraço amigo”.

A *ata número quatro*, referente à sessão ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados. O Senhor deputado Francisco Pinto de Barros pediu a palavra para dizer o seguinte: “na página dois é referido uma pequena confusão que terá havido, relativamente à ata número três de dois mil e treze, de 24 de abril. Foi feita uma transcrição de uma intervenção do Senhor deputado Nelson Montalvão, onde dizia que o Grupo Municipal do PSD se reveria completamente sobre esta matéria na intervenção do Senhor deputado Francisco Taveira. Terá vindo depois aqui referir a criação da Unidade Local de Saúde. Isto criou algum desacordo e foi levantada essa questão que agora está relatada na página dois desta última ata, onde se diz que não há nada a acrescentar porque efetivamente o que ficou dito foi que o Grupo Municipal se revia completamente sobre esta matéria. Eu acho que realmente não há nada a acrescentar mas há uma coisa a cortar. É que o Senhor deputado Néilson Montalvão, ouvida a gravação, nada disse sobre esta matéria e menos ainda falou daquilo que queria acrescentar. Apenas disse que se revia completamente nesta matéria.

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 6 abstenções por ausência na última sessão.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

Para este período inscreveram-se os seguintes deputados:

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD - cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Atendendo ao facto de se aproximar o final deste mandato autárquico e que o Senhor Doutor António Vicente Almeida e Silva não é candidato a este importante Órgão que é a Assembleia Municipal de Chaves e, portanto, não fará parte dele a partir do início do próximo mandato e, atendendo ainda, a que o **Sr. Dr. António Vicente de Almeida e Silva** desta forma, encerra um ciclo de quase 12 anos na presidência desta Assembleia Municipal, entende-se que é justo um **voto de reconhecimento e louvor**, pelos serviços prestados ao Município, no exercício das funções de Presidente da Assembleia Municipal de Chaves nos últimos 3 mandatos autárquicos.

Em função do exposto, propõe-se à digníssima Assembleia que se pronuncie favoravelmente sobre este reconhecimento. *Assembleia Municipal de Chaves, 11 de setembro de 2013”.*

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e retirou-se durante a votação desta proposta, ficando o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Professor Francisco Viegas a presidir aos trabalhos que, em seguida, perguntou à digníssima Assembleia se aceitava o texto da proposta apresentada pelo Senhor deputado Nelson Montalvão.

A Assembleia Municipal aceitou, por unanimidade o texto da proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Mesa retomou o lugar na presidência da mesa para dar continuidade aos trabalhos. Antes porém disse estar profundamente grato e de alguma forma emocionado por esta atenção.



Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e disse:

“É hora de balanço. Doze anos de governação autárquica do PSD exigem que pensemos no que daí resultou em termos de melhorias efetivas da qualidade de vida dos cidadãos do Concelho, de afirmação da sua identidade, de capacidade de atração e fixação das pessoas, de fomento da atividade económica e de liderança. Olhando a vetores fundamentais da atividade autárquica o cenário que se nos coloca é: *ao nível financeiro* - uma autarquia com as suas contas resgatadas através de apoio de um plano do Governo Central. Contudo, a ocultação desta situação foi recorrente até chegar a este ponto de necessidade; o discurso foi sempre de grande saúde financeira da autarquia. Esta situação é o resultado da gestão ruínosa ao longo dos três mandatos. Aliás, é impressionante como o discurso até chega a ser da bondade da decisão de pedir este apoio ao governo. Só não entendemos se isso é assim tão bom porque é que foi uma minoria de autarquias que recorreram a este programa.

Entendemos é que o atual executivo faz um esforço desmedido para tentar colocar flores onde só deixa entulho. A agravar este cenário temos o conjunto de situações que por ausência de planeamento, ou mau planeamento, eram para ser obra que afinal já não é, mas que, contudo, temos de pagar. Até ao momento lembro 20.257,38€ da Pousada da Juventude, 17.557,58€ da reconstrução e reabilitação dos Pesqueiros, 52.181,25€ das Piscinas Municipais cobertas, 104.500,0€ do Pavilhão Multiusos de Santa Cruz/Trindade; estes valores que referi são para indemnizar empresas por obra não executada. Contudo, o atual executivo esforça-se por apresentar balanços positivos, não se dando conta de que todos os cidadãos já perceberam que a Autarquia de Chaves está num lamentável estado financeiro que a coloca como a quadragésima terceira mais endividada de entre os trezentos e oito Municípios portugueses. Isso é dito no Anuário Financeiro dos Municípios portugueses, publicado em julho de 2013.

Ao nível do emprego - Chaves continua a ser dos concelhos onde aumenta o número de desempregados sem contar com todos aqueles que não estão registados porque emigraram. O Governo que o Senhor apoia tem desferido golpes no que respeita à capacidade de sobrevivência dos cidadãos, provocando uma onda de emigração de que já não havia memória.

Ao nível da dinamização económica do Concelho - a avaliação faz-se pelas portas de espaços comerciais que sucessivamente se vão fechando pelo desinvestimento nos nossos setores produtivos.

Ao nível ambiental - desde o rio às artérias mais recônditas da nossa cidade, a falta de limpeza é a realidade mais visível. O Plano de Mobilidade está por cumprir, assim como em termos globais, os compromissos que o seu executivo, em campanhas sucessivas foi assumindo e que se traduziram na realidade que hoje é vista e vivenciada por cada um de nós. Ainda conseguiu concluir alguma da obra que herdou, com financiamentos conquistados como por exemplo o Polis., mas da iniciativa desta gestão de doze anos o que fica? Nada. Só uma pesada herança no domínio financeiro, como já referi.



Em termos de serviços públicos essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos, o Senhor e o seu Executivo não zelaram desde a saúde, à justiça é entrega e inércia. *Ao nível demográfico* - o Concelho de Chaves e de acordo com os últimos censos de 2011, perdeu duas mil e quinhentas pessoas. Dirá que esta é tendência global, mas em Chaves inverteu-se porque aqui em Chaves é possível fazer diferente. É possível fazer diferente olhando às pessoas porque o principal ativo de qualquer cidade, região ou país, são as pessoas e a identidade; pessoas e identidades fortes são a condição imprescindível para a formação de uma região. Daí que nos pareça fundamental que devesse ter sido desenhada uma estratégia, ganhando escala com todas as suas freguesias e respetivas potencialidades. Fosse um concelho mais solidário na humanização das relações com os cidadãos e na humanização dos espaços, em vez da sua descaraterização. É possível modernizar sem descaraterizar. Era possível um concelho mais solidário que zelasse pelo seu Centro Histórico, marco identitário da cidade, promovendo limpeza, segurança, estimulando e apoiando o embelezamento de fachadas, espaços públicos, colaborando na reabilitação do seu comércio tradicional. Era possível construir um concelho mais solidário, ouvindo as pessoas, ouvindo os seus anseios e nunca desprezando aqueles que manifestam vontade de avançar com ideias e com projetos; ouvir, orientar e estimular. A Autarquia devia ter sido e não foi, um elo de diálogo, de apoio e de proximidade. Uma Autarquia não pode ver os seus jovens ir embora sem fazer um esforço para sustentadamente os agarrar à sua terra e esse esforço de sustentadamente agarrar os nossos jovens à nossa terra, não foi feito. Isso está bem visível na franja de população que este concelho mais perdeu e que é, exatamente na sua franja jovem.

Tudo isto pode fazer a diferença porque um concelho solidário será sempre um concelho mais forte e por isso a autarquia devia ter estado ao serviço dos cidadãos, apoiando, simplificando, desburocratizando, estimulando o envolvimento e a participação dos seus ativos internos e dos cidadãos em geral. Devia ter criado e não o fez, linhas abertas com clubes e com associações, bem como com empresários; deveria ter conferido a necessária proximidade aos cidadãos, envolvendo-os em processos de decisão estratégica para o concelho e devia ter olhado o concelho como um todo e planear com base em eixos estratégicos, envolvendo as freguesias de acordo com as suas características específicas, permitindo e estando preparados, à priori, para as conquistas de financiamento pelo valor, pela adequação e pela escala dos projetos apresentados. Só assim, Chaves mais forte, poderia ter mais ambição. Ambição de liderar a região do Alto Tâmega, cuja liderança perdeu. Esta fortaleza tem de advir dos cidadãos, da identidade, do melhoramento da capacidade produtiva e comercial, para avançarmos no sentido de realizar os eventos que efetivamente se constituam como âncoras fundamentais para o desenvolvimento de concelho.

Chaves tem uma localização estratégica privilegiada, nomeadamente até na questão transfronteiriça; temos a Eurocidade que neste momento se limita a produzir uma Agenda Cultural e que tem de ser catapultada para outros domínios fundamentais no que respeita ao desenvolvimento no conjunto quer do Concelho de Chaves, quer da região do Alto Tâmega, quer de toda esta região transfronteiriça. A nossa fortaleza



tem de nos colocar na dianteira do diálogo para avançarmos no sentido do fortalecimento desta região e não podemos perder espaço no sentido de nos constituirmos como plataforma privilegiada de diálogo nesta matéria. Este Executivo perdeu todo este espaço de liderança quer no que diz respeito à região do Alto Tâmega, quer àquilo que a pode potenciar no domínio transfronteiriço também.

A nossa centralidade geográfica é uma grande potencialidade mas deixará de o ser se se limitar a ser uma centralidade geográfica e se não se constituir como uma centralidade estratégica, o que é necessário para que nos tivéssemos constituído como uma centralidade estratégica que partisse de Chaves a luz que permitisse definir claramente os eixos prioritários de desenvolvimento para toda a região. Chaves tem gente, história, património, cultura, produtos tradicionais de excelência, rio, localização estratégica privilegiada e infraestruturas mas faltou-lhe a aposta essencial nas pessoas; proatividade, planeamento estratégico e definição clara de prioridades. Daí que o Senhor Presidente ao falar em investimento, tenha de falar em desperdício porque se assim não fosse o seu Executivo não deixavam a Autarquia com a herança calamitosa, em termos financeiros, com que nos deixa. Chaves merece um novo rumo assentado, apostado e centrado fundamentalmente nas pessoas. É fundamental colocar a Câmara ao serviço dos cidadãos, do desenvolvimento empresarial e da criação de emprego. É fundamental ampliar a economia social e estendê-la à população de todo o concelho. Sabemos bem da emergência social em que muitos dos nossos cidadãos e muitas das nossas famílias vivem. É necessário apostar, no âmbito da economia social, sem contudo deixarmos de alargar e ter a ambição de catapultar o concelho na senda do desenvolvimento.

É necessário assumir a educação a cultura e o desporto como grandes desafios da autarquia e é necessário zelar pela igualdade de oportunidades no acesso à educação, ao desporto e à cultura por todos os cidadãos em igualdade de oportunidades. É fundamental cuidar do ambiente garantindo padrões de qualidade no abastecimento público, na salubridade, nas acessibilidades promovendo também a sustentabilidade ambiental. Não faz sentido que apesar de ter recorrido ao PAEL tenha ainda hoje protocolos com as freguesias por pagar. É inacreditável que ainda hoje tenhamos freguesias que ainda não estejam servidas em toda a sua abrangência pelo saneamento básico. É fundamental garantirmos a qualidade da água que fornecemos às nossas freguesias. Tudo isto é cuidar das pessoas e simultaneamente cuidar do nosso espaço e do nosso ambiente. É fundamental reforçar a segurança das pessoas e a proteção dos seus bens. É necessário rever o Plano Municipal de Proteção Civil; este ano vimos o nosso Concelho assolado por incêndios e daqui o nosso voto de louvor para as Corporações de Bombeiros e para os cidadãos que conseguiram resolver estas situações sem danos em termos de perda de cidadãos, mas infelizmente perdemos manchas importantes no que respeita à área verde do nosso Concelho.

É fundamental fomentar e apoiar iniciativas concretas dos jovens, dirigidas a todos e permitindo igualdade de oportunidades para todos; que tenham portas abertas, tenham guias, eixos e orientações para a promoção do seu autoemprego e para encontrarem aqui, na sua cidade, o espaço ideal para regressarem, para virem



desenvolver a sua atividade e aqui encontrarem o que outros locais lhes estão a facultar.

É fundamental promover a participação dos cidadãos e a modernização administrativa do município; o executivo devia saber que neste momento os cidadãos já não participam pelo simples apelo. É necessário irmos nós ter com os cidadãos e envolve-los nas decisões estratégicas para o nosso município. Sem receio, o nosso município, os nossos cidadãos têm de estar acima de qualquer outro interesse; tem de estar em primeira linha nas decisões estratégicas para o nosso concelho. É fundamental que com as freguesias não estejamos a estabelecer protocolos que hoje cumprimos e amanhã deixamos de cumprir. É necessário estabelecer contratos de desenvolvimento local cumpríveis em que os presidentes de junta estejam envolvidos e que contribuam para o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho. Todos contamos. Desde a freguesia mais recôndita até ao centro histórico da cidade. É fundamental porque ela já é, mas decaiu, que chaves volte a ser verdadeiramente uma cidade linda deste nosso país. É fundamental que promovamos os seus produtos locais, os seus recursos endógenos, os cidadãos, a localização geográfica, o património, as termas, o rio e a veiga no sentido de projetar chaves para que depois possamos falar de chaves também, com um destino turístico de excelência em que os cidadãos se possam sentir como os próprios guias”.

FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES OLIVEIRA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Portugal continua a perder floresta, os portugueses o património que arrecadaram numa vida de árduo trabalho e os quartéis dos soldados da paz, o mais precioso recurso: *os seus homens!*

Pelos piores motivos, os bombeiros são agora alvo de toda a atenção e de todas as atenções. Começam os fogos e ganha força a onda de solidariedade que esmorecerá quando as chamas derem tréguas, votando mais uma vez estes combatentes ao (quase) esquecimento.

Por estes dias corem nas redes sociais muitas mensagens de apoio e incentivo, fotos elucidativas da dureza de uma missão que só os bravos podem cumprir.

Dia 7 de setembro o “Correio da Manhã” entregou 5% das vendas líquidas a favor do Fundo de Proteção Social da Liga dos Bombeiros Portugueses.

A Seleção Portuguesa de Futebol ontem, terça-feira, cumpriu um minuto de silêncio em memória dos bombeiros mortos nos incêndios deste verão, no jogo particular com o Brasil, realizado em Boston, nos Estados Unidos.

Dia 13 de setembro às 22 horas, no Pavilhão Rosa Mota, na cidade do Porto, sensibilizado pelo trabalho dos Bombeiros Portugueses, em especial nesta dramática época de incêndios florestais, o cantor Tony Carreira irá proporcionar um concerto, a custo zero, em que a receita da bilheteira reverte na totalidade a favor do Fundo de Proteção Social da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Dia 14 de setembro a Administração do Sport, Lisboa e Benfica, pretende homenagear os bravos Bombeiros Portugueses, homens e mulheres que perderam a vida no combate aos incêndios que têm ocorrido no nosso País, bem como dar visibilidade ao trabalho levado a cabo pela Liga dos Bombeiros Portugueses. Este



tributo terá lugar no próximo sábado no Estádio da Luz, por ocasião do jogo de futebol Benfica – Paços de Ferreira.

Também a RTP do dia 15 de setembro – domingo – em emissão especial, vai homenagear os Heróis de Portugal, em direto, a partir das 14 horas no recinto do antigo Pavilhão Atlântico.

Por estes dias as populações unem-se na recolha de bens para que nada falte àqueles que, em infernais teatros de operações, de forma abnegada, salvam pessoas e os seus bens. Em poucos dias, a família dos Bombeiros de Portugal sofreu perdas irreversíveis mas mitiga as mágoas no lema “VIDA por VIDA”, sem nada esperar em troca, nem tão pouco o reconhecimento pois, todos sabem, que quando este inferno passar, os heróis retornam à condição de anónimos.

É quase sempre nestes “cinco minutos de fama” que todos os soldados da paz dispensavam, que surge o reconhecimento por uma missão que, afinal, os bombeiros cumprem todos os dias com igual determinação. Todos os dias vidas são salvas mas o cidadão, muitas vezes, parece ignorar esse facto, como que minimizando o exemplar e valioso serviço prestado ao País por estes operacionais, na grande maioria voluntários.

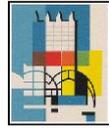
Não terá chegado a hora de todos e cada um de nós visitar o quartel da sua área de residência e conhecer a atividade diária dos homens e mulheres que ali servem? As portas estão sempre abertas até porque o voluntariado tem muitas facetas e não dispensa todo o tipo de apoios! Bem precisa de mão de obra.

Não é a farda que faz o bombeiro. É preciso ter muito mais do que só sonhos. É preciso coragem para ir onde ninguém quer ir, para por em risco a vida, por pessoas que nunca se viu; é preciso sangue-frio para manchar a farda de sangue das mesmas pessoas que ontem criticavam as suas ações e zelar pela sua vida, como sendo a mais importante de todas. É preciso saber que a mesma mão ensanguentada que se estende em busca de socorro, dificilmente virá estender-se, de novo em sinal de agradecimento. Podem saber que não vão voltar mas vão. Nunca lhes seremos suficientemente gratos. BEM HAJAM.

Assim sendo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicito-lhe que esta Assembleia Municipal preste a sua Homenagem aos Bombeiros Portugueses, fazendo um minuto de silêncio não só pelos oito que tombaram em combate este ano – **Cátia Pereira Dias, Bernardo Figueiredo, Ana Rita Pereira, Pedro Rodrigues, António Ferreira, Daniel Falcão, Fernando Reis e Bernardo Cardoso** – mas pelos 105 que já faleceram no socorro e proteção do homem, seu amigo, seu irmão. Obrigada”.

LUIS MANUEL GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“No momento em que esta Assembleia Municipal conclui esta legislatura e da qual faço parte há cerca de 20 anos, quero agradecer ao Senhor Presidente da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, a todos os Senhores deputados, aos Senhores Presidentes de Junta, cujo trabalho aprendi a apreciar, e a todas as pessoas com quem tive a honra de trabalhar, pelo respeito, dignidade e paciência que todos me demonstraram ao longo do tempo. Sinto-me muito honrado ter trabalhado com todos



durante estes vinte anos. Foi para mim um privilégio ter servido a minha cidade e o meu Município. Muito obrigado”.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE OURA – Raul Fernandes Salvador – cumprimentou os presentes e em seguida disse que a razão de ter pedido a palavra foi o facto de na última Assembleia Municipal ter sido referido pela Senhora deputada Paula Barros o número de Juntas de Freguesia que tinham ações em Tribunal, entre os quais Oura está incluída.

“O Senhor Presidente da Câmara explicou que isso correspondia, de facto, à verdade e que relativamente a Oura a Autarquia tinha um protocolo assinado em 2011 com a Junta de Freguesia, do qual faltava pagar apenas o valor de dez mil euros. Entretanto esse valor já foi transferido para a junta de Freguesia de Oura, pelo que nada dele está em débito.

A ação que está em tribunal respeita a compromissos anteriores, nomeadamente um factoring assinado, em 16 de Maio de 2005, no valor de 252 mil euros para pagar/ganhar tempo para ir pagando em trimestres, com valores diferenciados ao longo de dois anos. Este factoring foi feito com o conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, assinado pelos três membros da Junta de Freguesia que são os únicos responsáveis. Desde 2004 havia compromissos assumidos que não tinham datas fixas; eram para pagar ao longo do tempo e o Senhor Presidente da Câmara foi-me dizendo sempre que o assunto seria resolvido. Deveria ser feita uma reunião com os credores para verificar se poderia, ou não haver acordo mas isso não foi feito.

O Senhor Presidente da Câmara pode dizer que transferiu para a freguesia de Oura valores importantes, mas a verdade é que também foram ali feitas muitas obras, de destacar vários arruamentos nos quais está englobado parte do valor desta dívida. A Autarquia devia ter tido em conta a obra do saneamento, que foi adjudicado por um valor e nos custos finais, dos quais 25% eram da sua responsabilidade, obteve uma poupança de cerca de 90 mil euros que poderiam ter sido transferidos para arruamentos e foi isso que eu pedi. Nunca quis admitir que este assunto se refletisse em divergências que tive com o Senhor Presidente da Câmara em determinadas situações.

A Junta de Freguesia construiu um Polidesportivo em Vila Verde de Oura que foi participado pela Câmara em 25 mil euros que recebemos.

Em meu entender o relacionamento da Junta de Freguesia de Oura com a Câmara Municipal agravou-se quando a UNICER faz a transferência do engarrafamento da água de Vidago para Pedras Salgadas porque sempre me opus a esta situação; não aceitei a deslocalização do engarrafamento para as Pedras Salgadas porque criou desemprego e situações menos confortáveis para as pessoas. Esta situação teve o beneplácito das Câmaras de Chaves e Vila Pouca de Aguiar e como não concordei com ela contestei-a por escrito. Posteriormente a Câmara autorizou a UNICER a atravessar com uma conduta de água para a central de engarrafamento das Pedras Salgadas mas a Junta de Freguesia opôs-se, inviabilizando essa autorização porque essa competência era sua, conforme veredito do Tribunal Administrativo.

A partir de certa altura a Junta de freguesia deixou de cumprir o pagamento ao banco, os juros foram-se acumulando. O Senhor Presidente da Câmara alegou que



esta não tinha disponibilidade financeira para o efeito, chegando à rotura com a entidade bancária, com todas as consequências que daí advêm.

Li num jornal semanário que foram transferidos para as Juntas, ao longo dos três mandatos deste Executivo doze milhões de euros e esse mesmo jornal dizia que foram transferidos em subsídios vinte e dois milhões e parece não ter havido aqui critérios de justiça.

Em relação à Biomassa gostava de saber porque não foi instalada na minha freguesia mas sim em Chaves e quais as contrapartidas havidas.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que ao longo dos últimos 3 mandatos o PSD balizou sempre a sua ação por 4 pilares essenciais:

“1 – AS PESSOAS

2 – O TERRITÓRIO

3 – AS ATIVIDADES ECONÓMICAS

4 – A COOPERAÇÃO

Em cada um destes pilares há ações concretas em áreas fundamentais. Não vamos aqui citar as cerca de 400 obras e ações realizadas nestes quase 12 anos, mas apenas referir as principais que foram adjudicadas ou por concurso.

No primeiro pilar (**AS PESSOAS**): em matéria de *EDUCAÇÃO*, de forma sucinta salientar a:

- Reorganização da Rede Escolar, essa sim uma reforma pacífica e gradual;
- A Recuperação do Parque Escolar do 1º Ciclo;
- A Construção do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade e no que respeita ao Ensino Superior, a Escola Superior de Enfermagem que é o autêntico e verdadeiro Pólo de Desenvolvimento Superior.

Em matéria de *CULTURA*, sucintamente salienta-se o forte investimento nos espaços culturais já em funcionamento e em construção.

Em funcionamento:

- a Biblioteca Municipal;
- O Centro Cultural de Chaves;
- O Arquivo Municipal;
- O museu de Arte Sacra

Em construção:

- A Fundação Nadir Afonso;
- O Museu das Termas Romanas,
- O Pavilhão Expoflávia.

Em matéria de *AÇÃO SOCIAL*, salientamos:

Em funcionamento:

- Os Centros de Convívio espalhados por todo o concelho de chaves, como por exemplo, na *VÁRZEA*, na *MADALENA*, em *SOUTELO*, em *SEARA VELHA*, em *SAMAIÕES*, em *DADIM* e em *CASAS DE MONFORTE*;
- O Apoio à Construção de Lares, que ultrapassou 1,5 Milhões de Euros, como por exemplo, em *MAIROS*, em *CALVÃO* e em *VILARELHO DA RAIA*;

Outros em construção:

como por exemplo, em *ERVEDEDO*, em *TRONCO*, em *SÃO VICENTE DA RAIA*.



Não são só os apoios à construção de lares e de centros de convívio mas também o apoio e o investimento fundamental nas pessoas, nos flavienses, como por exemplo aos mais de 600 alunos carenciados que têm sido apoiados nas suas diversas atividades, como são disso exemplo os apoios nos *TRANSPORTES ESCOLARES*, nas *REFEIÇÕES*, na *COMPRA DOS LIVROS* e *MANUAIS ESCOLARES* e nos diferentes níveis de ensino e nomeadamente as *BOLSAS DE ESTUDO* aos jovens estudantes no ensino superior.

Para além de outros apoios fundamentais, como são os apoios às *RENDAS* e a *RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES EM MEIO RURAL*.

Mas também em matéria de DESPORTO importa destacar:

- Os Polivalentes nas Freguesias, em meio rural (quase 3 dezenas);
- Os Campos de Chaves e de Vidago (2 relvados sintéticos) e o relvado natural do Estádio Municipal de Chaves (Estádio Eng. Manuel Branco Teixeira);
- O Circuito de Manutenção na Quinta do Rebentão;
- Os Pavilhões Desportivos no *SANTO AMARO* e em *CASAS DOS MONTES* (Escola Francisco Gonçalves Carneiro);
- Para além de muitos outros apoios a atividades e eventos desportivos.

Mas também ao nível dos *SERVIÇOS*, em que sublinhamos:

- O Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, fundamental;
- Os Transportes Públicos Urbanos;
- A Loja Ponto Já;
- A Modernização genérica dos serviços Municipais (5 deles já certificados).

No segundo pilar (**O TERRITÓRIO**):

Em matéria *REQUALIFICAÇÃO URBANA*, salienta-se:

Toda a recuperação do Centro Histórico (margem direita e a margem esquerda);

Esta requalificação urbana na cidade foi extensiva aos vários núcleos do concelho.

Mas também numa matéria fundamental como a *VALORIZAÇÃO AMBIENTAL*, como são exemplo:

- As margens do nosso Rio Tâmega;
- Os envolventes do Forte de São Neutel e do Forte de São Francisco;
- Os mais de 40 saneamentos em espaço rural e o saneamento da MADALENA.

Mas também em matéria de *ACESSIBILIDADES*, como por exemplo:

- Os acessos à cidade a Norte (nas avenidas Marechal Gomes da Costa, Dr. Júlio Montalvão e Rua Firmino Aires) e a Sul (no Raio X e Carreira da Vila) entre muitas outras intervenções fundamentais;
- O Nó de Acesso ao Parque Empresarial;
- O Acesso à Zona Empresarial da Cocanha e à Estrada do Seara;
- E ainda a Sinalética e as Ligações entre as diversas Freguesias.

No terceiro pilar (**AS ATIVIDADES ECONÓMICAS**) destaca-se:

- A Construção do Parque de Atividades;
- A Requalificação da Zona Industrial da Cocanha,
- Os Parques de Estacionamento já realizados e em construção como por exemplo junto à *ADEGA DO FAUSTINO* e o já adjudicado junto à *PONTE DE SÃO ROQUE*;
- A Requalificação nas *TERMAS*, a que já foi feita e a que será realizada;



A forte aposta, fundamentalmente, na atividade económica ligada ao *DESENVOLVIMENTO RURAL*:

- Mercado de Chaves;
- Mercado de Vidago;
- Mercado de Gado;
- O Gabinete de Apoio às Iniciativas Locais, que permitiu multiplicar a produção do *FUMEIRO* e de outros produtos endógenos através das *COZINHAS TRADICIONAIS* espalhadas por todo o Concelho,
- As certificações dos nossos produtos como o *PASTEL* e para breve do *FOLAR*;
- E ainda o apoio às Cooperativas Agrícolas.

Por fim e para concluir, no quarto pilar (**A COOPERAÇÃO**) referir apenas:

- O Projeto da *EUROCIDADE*;
- A Cooperação com todas as entidades Locais, Regionais e Nacionais.

Para além das cerca de 400 obras e ações realizadas existem outras em desenvolvimento e que são também elas importantes para o nosso concelho, como por exemplo obras já com contrato de empreitada assumido como é o caso da Envolvente do Balneário de Vidago (apenas aguarda a decisão de uma providencia cautelar para ter inicio).

Tudo isto são obras feitas, reais, realizadas. Mantemos os impostos no mínimo e não é só em termos de IML, mas também noutros impostos, por exemplo as taxas para o centro histórico. A nossa ação, o nosso trabalho, a nossa obra cumpriu com um programa bem definido e permite às pessoas viver com mais qualidade e que contribuem decisivamente para que o Concelho de Chaves seja mais atrativo, aliás como comprovam os dados estatísticos oficiais nas diversas áreas, nomeadamente o *ANUÁRIO DOS MUNICÍCIOS* em que o Município de Chaves se encontrava em 29º lugar em 2011 e em 20º lugar em 2012 *EM TERMOS DE INVESTIMENTO* e *EM TEMOS DE INDICADORES REFERENTES AO TURISMO*.

Admitimos que não se fez tudo. Nem tudo foi bem feito, aliás como recentemente referiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves.

MAS COMO SOCIAL-DEMOCRATAS QUE SOMOS, PRIMEIRO ESTÃO AS PESSOAS, AS NOSSAS TERRAS, O NOSSO TERRITÓRIO E SÓ DEPOIS O NOSSO PARTIDO”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e em seguida disse lamentar que na fase de crise que estamos a atravessar e ao fim de doze anos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tem a legitimidade para impor a todos os membros que se cumpra o protocolo de intervenção, nunca o tenha feito e esteja a fazê-lo hoje.

“Lamento a saída deste Órgão do Senhor Arquiteto Luís Galdes que, em meu entender é uma figura que faz falta aqui.

Agradeço ao Senhor deputado Francisco Oliveira a intervenção que fez sobre os Bombeiros, que todos subscrevemos.

Não vou fazer aqui uma intervenção de campanha eleitoral como foi feita pelo PS e pelo PSD. No entanto saliento que foi esquecido o assunto que ao longo destes 12 anos mais tempo consumiu nesta Assembleia Municipal e que são as questões da saúde. O senhor deputado Nelson Montalvão na sua intervenção não se referiu a



elas. Pode dizer que não são atribuições da Autarquia e é verdade, mas é estranho que tenha sido um assunto aqui tão debatido e hoje nem sequer foi mencionado. Também não se referiu à extinção das Juntas de Freguesia e a do Tribunal. É fácil lembrar o que nos convém mas na política, mais do que as formalidades, importam os conteúdos.

Esperámos dois anos de governo do PSD para que fosse implementada a Resolução da Assembleia da República sobre a Unidade Local de Saúde. Isso não aconteceu. A degradação do Hospital de Chaves continua e eu vou colocar uma situação específica que penso ser a primeira denúncia pública, das consequências de uma decisão do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde decidiu que a prestação nos serviços de urgência, por parte dos médicos, passava a ser contratualizada a empresas devidamente certificadas, sendo que o critério principal era uma quota de 50% pelo salário/hora e outra quota de 50% pelas competências. O Centro Hospitalar pôs a concurso, para o Hospital de Chaves e para a nossa urgência, que foi ganho por uma empresa chamada Kely Services. Aparentemente todos os dados que essa Empresa forneceu ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar não estavam corretos. Tinha um quadro médico que não existe; os médicos tinham habilitações que não podem ter por inexistência desse mesmo quadro e, neste momento, temos uma situação séria, em que há uma escala do serviço de urgência para os próximos meses, que está assegurada por uma empresa que não cumpre a maior parte dos compromissos que assumiu, que coloca médicos em que alguns deles nem sabem falar português e os poucos que vêm, quando vêm, dizem que não voltam mais. Julgamos que esta é uma situação que tem aqui uma denúncia pública concreta. Essa denúncia certamente já devia ter partido antes, até da parte da Autarquia que tem, necessariamente, de ter acesso a esta informação, que como já disse é séria e que não gostava de ver misturada com a questão da campanha eleitoral e do que se vai dizer. Julgo que o Senhor Presidente da Câmara em exercício devia inquirir junto do Conselho de Administração e junto das Direções em funções no Hospital de Chaves qual é a situação concreta do serviço de urgência e como é possível que uma empresa tenha ganho um concurso, suponho que de 800 horas mensais, a prestar no serviço de urgência, com um conjunto de dados fornecido ao Conselho de Administração que, em nada, correspondem à verdade. Tanto quanto sei, de todas as empresas que se candidataram esta era a que apresentava o melhor conjunto de dados, numa fase em que o Governo proíbe a contratação individual dos médicos e, nestas condições, aproximando-se o inverno, podemos ter o agravar de uma situação que, neste momento, já é séria.

Fica aqui essa denúncia e o lamento de que mais uma vez tenha de ser a CDU a fazê-lo publicamente e a exigir a defesa dos interesses das populações que continua a ser uma função dos autarcas. Se as populações estão primeiro temos aqui um bom exemplo de como os autarcas podem fazer ouvir a sua voz. Se assim não for o silêncio e a degradação do Hospital mantêm-se; as promessas do reforço continuam a ser adiadas e a Unidade Local de Saúde, que tinha sido o grande objetivo de todos continua sem resolução”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA cumprimentou os presentes e começou por agradecer as palavras que lhe foram dirigidas pelo Senhor Presidente da Assembleia



Municipal. Foi uma honra e um privilégio ser Presidente de Câmara com o Dr. Vicente como Presidente da Assembleia Municipal. Em seguida respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados, pela ordem de intervenção.

Respeito o conteúdo da intervenção da Senhora deputada Paula Barros, uma peça de campanha, não concordo com ele e julgo que a intervenção do Senhor deputado Nelson Montalvão é uma resposta a muitas das situações que foram colocadas. Refiro, no entanto, que não tenho o hábito de tratar aqui os remoques nacionais.

A Senhora deputada não apresentou qualquer novidade, apenas repetiu o que foi dizendo ao longo do último ano e, nesse aspeto, remeto para as atas desta Assembleia Municipal as respostas que dei, repetidamente, sobre os assuntos de que falou.

A situação financeira do Município está espelhada nos documentos a que todos têm acesso, sempre e por escrito em todas, repito todas as Assembleias Municipais e, ainda, através da Prestação de Contas que anualmente é sancionada por este Órgão. Mas também é justo referir que em 2011 o Município de Chaves, no contexto dos 308 Municípios do País estava em 29º lugar, em volume de investimento e em 2012 subiu para 20º lugar. Somos dos 20 primeiros municípios de todo o país em investimento. Está no mesmo anuário que referiu para o que lhe interessa, esquecendo esta realidade.

Se há situações que foram consideradas de grande importância por este executivo, ao longo dos últimos 12 anos, foram as pessoas, apostando essencialmente na Educação e na Ação Social e isso é visível.

Sobre a liderança dos problemas transfronteiriços entre Portugal e Espanha não é por acaso que foi instalado em Chaves um Centro de Estudos Transfronteiriços. Isso terá sido, certamente, porque o Município de Chaves sempre aproveitou e bem, os benefícios que o facto de estar junto à fronteira pode aportar, nomeadamente no que respeita à apresentação de projetos. É o caso do interregno III-A e do POCTEP. O mesmo acontece no que respeita ao aproveitamento de Fundos Comunitários que permitiu investimento no nosso Concelho. E não é por acaso que a Eurocidade Chaves Verin é um projeto exemplar.

Falar na questão das águas e saneamento, são duas áreas em que me parece que não é correto fazê-lo no sentido negativo porque a água fornecida quer pela Câmara, quer pelas freguesias aos cidadãos é de qualidade, conforme indicam os parâmetros exigidos pela entidade Reguladora. Vir aqui dizer que todas as localidades têm de ter saneamento não condiz com o que se pretende com a valorização e desenvolvimento ambiental. Todos sabemos que a qualidade das redes de saneamento em localidades onde o número de utilizadores seja muito baixo não é a melhor solução para o ambiente. Há outras mais adequadas.

A proteção civil municipal funciona bem e rapidamente tanto nas situações de emergência como nas difíceis porque tem à frente um operacional da Autarquia muito responsável que interage, de forma eficaz, com as corporações dos bombeiros devidamente associadas, mediante protocolo. Essa comunhão de esforços fez um excelente trabalho no terreno onde houve incêndios. Também não deve ser ignorado o papel das populações locais e o seu enorme empenhamento em defesa dos seus haveres.



Na área do Turismo mais uma vez o Instituto Nacional de Estatística publicou os dados relativos ao ano de 2011, onde refere que o Concelho de Chaves entre 2009 e 2011 passou de 94 mil dormidas registadas para 108 mil. Isto são números.

Subscribo a intervenção do Senhor deputado Francisco Oliveira no que diz respeito aos bombeiros; a Autarquia sempre apoiou as Corporações do Concelho de forma igual. Associam-nos ao louvor e reconhecimento proposto pelo Senhor deputado pelo trabalho e abnegação dos nossos bombeiros.

Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oura não vou referir aqui questões pessoais nem laterais. Sobre a questão que colocou da Biomassa informo que a instalação da empresa em Chaves foi através de concurso a nível nacional. A empresa que ganhou o concurso primitivamente teve a intenção de instalar a unidade fabril na zona de Oura/Vidago. Posteriormente optou pela sua localização em Chaves mas a verdade é que até agora ainda não está instalada e as contrapartidas só existirão quando a unidade existir. Nunca o Município e muito menos as pessoas responsáveis do Município fizeram algo em função de qualquer contrapartida. O Senhor Presidente disse e muito bem que os protocolos assinados com a freguesia de Oura estão totalmente liquidados e foram feitos sempre em função das obras que a junta de freguesia indicou. Para concluir, deixe-me dizer-lhe que no conjunto dos protocolos assinados com as Juntas de Freguesia do Concelho foi efetivamente a de Oura que teve maior valor protocolado”.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE OURA – Raul Fernandes Salvador pediu de novo a palavra para um pedido de esclarecimentos, dizendo que as questões que colocou a Senhor Presidente da Câmara são reais e merecem consideração e respeito.

“Os protocolos estabelecidos com a freguesia de Oura não foram feitos à vontade do “freguês”. Há compromissos assumidos, nomeadamente as despesas decorrentes do factoring mas que não foram cumpridos. Os protocolos pagaram a dívida de faturação mas há outras despesas que são os juros e as do Tribunal que não foram cumpridas”.
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oura dizendo que foi eleito para tratar de assuntos de interesse público e sempre tratou com respeito e consideração os Senhores Presidentes de Junta.

Os protocolos assinados com a Junta de Freguesia de Oura foram cumpridos e estão executados e pagos. O problema que a Junta de Freguesia de Oura tem não é com a Câmara. No que me diz respeito estarei sempre disponível para responder em qualquer lugar e em qualquer circunstância por aquilo que são os meus compromissos

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.



Outras Informações:

Não houve intervenções sobre este ponto.

Nesta altura o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez uma intervenção de circunstância atendendo a que esta é a última reunião do Órgão deliberativo Municipal em que está presente no exercício das funções de Presidente do Executivo municipal para agradecer aos cidadãos do Concelho de Chaves a confiança manifestada em 2001, confirmada claramente em 2005 e significativamente ampliada em 2009.

“No exercício da correspondente responsabilidade aprendi que a expressão «sabedoria popular» tem muito mais sentido para além daquele que o hábito do seu uso subentende. Constatei que saber ouvir é muito mais difícil do que parece. Aprendi a valorizar o pequeno gesto, às vezes quase impercebível, a atenção genuína e desinteressada. Compreendi como a proximidade favorece a cidadania. Faço-o também para agradecer a todos os Senhores Vereadores dos Executivos, ao longo destes quase doze anos; agradeço o trabalho de todos, sem exceção, com destaque natural e merecido para os que comigo trabalharam a tempo inteiro e uma particular incidência para o único que todo este tempo me acompanhou - o Senhor Arquiteto Cabeleira. Para agradecer a todos os elementos desta Assembleia Municipal - os atua e outros que como vós aqui presentes, certamente se preocuparam em dignificar as funções exercidas. Na pessoa do Senhor Dr. Vicente, já referenciado, a quem pessoalmente agradeço e presto homenagem, extensiva a todos. Com todos os que exercem ou exerceram funções políticas no Município procurei aprender a tentar compatibilizar humildade com afirmação, a tentar saber usar o silêncio com eficácia e a palavra com consequência e resultados. A tentar distinguir quando a determinação ou a ponderação, a cedência ou a inflexibilidade, a intuição ou a lógica são os fatores a privilegiar no inevitável momento de decidir. Relevo um agradecimento justo e justamente diferenciado à Senhora e aos Senhores Presidentes de Junta com quem os cidadãos do nosso concelho me proporcionaram trabalhar. As freguesias são o espelho do exercício do poder local mais próximo, onde é suposto terem raízes as melhores práticas democráticas porque há a máxima proximidade às pessoas. Com as Junta de Freguesia tive oportunidades únicas de aprender muito saber de experiência feita, e tentar compreender a política como a verdadeira arte de, progressivamente, e sem fim à vista, ir tornando possível o desejável.

Faço esta intervenção para reconhecer, como já assumi por várias vezes, que não se fez tudo, não se fez tudo bem, mas o saldo é positivo. Diria mesmo, muito positivo. Os factos são indesmentíveis e resistem às análises. O Município de Chaves, como atrás disse, está entre os vinte melhores do País na aposta no investimento, conforme anuário de 2012. Ou seja: em 2011 e 2012, os anos mais difíceis da vida dos portugueses nas últimas décadas, os flavienses tem a possibilidade de usufruir de forte investimento municipal. O feito é tanto mais relevante quanto os impostos municipais se mantêm no mínimo, facto que será objetivamente provado na aprovação no primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão. Esta Assembleia é testemunha disso. O património municipal aumentou quatro vezes nestes três mandatos. Era de sessenta e três milhões em 2002 é de duzentos e vinte e quatro milhões, segundo as contas de 2012; transferimos até hoje, para as Juntas de



Freguesia, doze milhões e meio de euros em investimento, mais cerca de um milhão e meio de euros para pequenas obras – transferências correntes. Apoiámos as instituições desportivas, culturais a ação social e outras, com vinte e cinco milhões de euros. Tudo isto no cumprimento escrupuloso da lei, das regras, e dos regulamentos. Fruto do investimento referido, de que demos exemplo, temos mais de cem milhões de euros só em adjudicações, fora outras obras que foram feitas por administração direta. O Município tem uma dívida maior do que desejaríamos mas sustentável e com margens expressivas, a longo e a curto prazo e continua a investir porque cumpre. Nunca tivemos qualquer intervenção intempestiva dos Órgãos de tutela, particularmente Finanças ou Tribunal de Contas. Reformámos, sem agitação, em várias áreas e a Reorganização da Rede Escolar do Concelho é disso um significativo exemplo

Não vou reformar-me. Serei o primeiro Presidente de Câmara, em Chaves que sai dum executivo para continuar a sua atividade. Estarei sempre onde for preciso para continuar a tornar o nosso espaço territorial mais atrativo e mais competitivo.

Para concluir e parafraseando uma leitura já muito antiga «tentei fazer bem aquilo que outros provavelmente poderiam ter feito melhor, mas não fizeram».

PONTO 2 – DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014. PROPOSTA Nº. 75/GAPV/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta dizendo que cabe ao Município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar as taxas a aplicar em cada ano dentro dos limites previstos na lei.

Para os prédios urbanos não avaliados e esses são hoje um número residual – 0,5 a 0,8% e para os prédios avaliados, de acordo com o novo código do CIMI entre 0,3 a 0,5%.

Como vem sendo habitual o Município de Chaves fixa essa taxa que é, praticamente, a única que é aplicável, no mínimo - 0,3%, mantendo para os impostos residuais dos prédios urbanos não avaliados em 0,7% e 0,8% para os prédios rústicos, como a lei determina. Manteremos quer os benefícios quer as majorações em função do tempo da recuperação das edificações no Centro Histórico, para além dos outros incentivos que se tem vindo a dar nessa recuperação.

O IMI é um imposto de referência e é a base da política municipal de impostos. A Autarquia de Chaves mantém o IMI na taxa mínima e a apresentação desta proposta e a sua votação provam que a verdade se impõe a qualquer forma de demagogia.

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – cumprimentou os presentes e disse que em relação a este assuntos dos impostos municipais é necessário fazer uma precisão.

“Embora a taxa sobre os prédios avaliados nos termos do CIMI seja de 0,3%, a lei prevê que possa ser de 0,2%. Contudo, devido à Lei do Orçamento de Estado, as autarquias são obrigadas a cobrar 0,3% no mínimo. O facto é que a taxa não está verdadeiramente no mínimo da lei inicialmente aprovada, mas sim no mínimo daquilo que são as competências.



Em relação aos prédios que não estão avaliados pelo CIMI a proposta apresentada não está no mínimo que é de 0,5% . No que respeita aos prédios rústicos não podia ser mexida porque é estipulada pela lei geral.

Preocupa-me que a política de impostos seja resumida a 0,5% no CIMI. Ainda hoje verificamos que há muitas entidades detentoras de enormes patrimónios, que estão isentas do pagamento da taxa, e que, se assim não fosse, seria possível libertar os cidadãos e voltar a passá-la para 0,2%. Isso é possível e é isso que o Partido Socialista quer, pelo que vamos votar contra esta taxa pelo facto da taxa aplicada nos prédios não avaliados não estar no mínimo; se formos nós a ganhar as próximas eleições, vamos propor que passe de 0,7 para 0,5% e vamos dar força ao governo nacional para que a taxa volte a descer de 0,3 para 0,2% para os prédios avaliados nos termos do CIMI. Estas questões relativas aos impostos são importantes para os cidadãos, nomeadamente para aqueles que estão desempregados ou para os que têm poucos rendimentos”.

JOÃO MIRANDA RUA do PSd – depois de cumprimentar os presentes disse que tudo o que são impostos preocupa as pessoas.

“Estamos aqui a falar de impostos que são da competência dos municípios mas regulados pela lei geral. A proposta em apreço evidencia as preocupações da Autarquia em relação às taxas a fixar. É de 0,3% para os prédios avaliados e reavaliados no âmbito do código do IMI, que é o valor mínimo que a lei determina. Relativamente aos prédios não avaliados efetivamente a taxa não é a mais baixa mas é a que vem sendo aplicada desde que o IMI entrou em vigor. Na situação atual praticamente todos os imóveis foram reavaliados pelo que a taxa de 0,7% não tem grande expressão.

Esta é uma proposta consensual que foi aprovada na Câmara Municipal por unanimidade e parece-nos bastante clara”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e desejou ao Senhor Presidente da Câmara, a terminar o mandato, as maiores felicidades na sua vida pessoal e profissional.

“Todos nós, enquanto cidadãos, uns mais do que outros, temos sentido a incidência da política tributária no património individual e das empresas e percebemos que, de facto, tem sido uma violência muito grande, nomeadamente no IRS em que o agravamento tem sido na casa dos 30 a 35%. É verdade que estamos a falar de impostos locais e não de âmbito nacional, mas estamos a falar de um dos impostos mais importante em termos de receita para o Município, o IMI.

De facto o CIMI valiza perfeitamente a fixação das taxas e nos prédios avaliados, que serão à volta de 99%, não podemos descer abaixo dos 0,3% porque existe uma medida excecional que vigora no corrente ano e que impede essa solução. Nos prédios não avaliados, nos termos do CIMI, o valor mínimo podia ser abaixo dos 0,7%. Eu propunha que essa taxa pudesse descer para o valor mínimo, apesar de ser meramente indicativa mas, poderia dizer-se, em abono da verdade, que as taxas de IMI no Concelho de Chaves são as mínimas. Também sabemos que a receita do Município em resultado desta taxa não é muito significativa e daí mais uma razão para que passe para o valor mínimo



Se é verdade que a taxa é a mínima também é verdade que há um conjunto muito alargado de Municípios no País que já fixaram essa taxa mínima e a verdade é que mesmo assim a coleta tem vindo a crescer e espera-se que cresça na ordem dos 300%”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados.

No Município de Chaves os prédios foram avaliados em mais de 99% e a taxa de 0,7% têm muito pouco significado. A verdade é que poderia ter-se passado para 0,5% mas essa questão não foi ponderada na reunião de Câmara e foi aplicada a mesma taxa do ano anterior. Neste momento é difícil de resolver porque a Assembleia Municipal não pode alterar uma deliberação aprovada pelo executivo e por unanimidade e também porque o índice a aplicar no próximo ano tem de ser comunicado às Finanças até ao dia 30 de Setembro, não havendo possibilidade de efetuar todas as formalidades relativas à marcação de uma Assembleia Municipal.

A Lei do Orçamento de Estado de 2012, que baliza a taxa mínima do IMI em 0,3%, prevalece sobre a lei geral. Mas, se o Município de Chaves não comunicar a taxa a aplicar na data devida, passaria a ser cobrada a taxa máxima. O Senhor deputado Francisco Melo ao querer que as pessoas paguem o mínimo, na realidade está a propor que paguem o máximo. É importante refletir sobre esta questão.

Todos sabem que o IMI tem uma cláusula de salvaguarda em que muitos dos prédios que aumentaram exponencialmente a taxa de IMI, durante os anos de 2013 e 2014, não aumenta mais do que 75,00€ e por essa razão o ano de 2015 é considerado, pelos especialistas, o ano em que pode haver uma alteração maior. Não é por acaso também que nesse ano o governo propõe a extinção do Imposto de Transmissões que está previsto terminar em 2016. Suponho que haverá aumento de receitas porque pagando menos há mais arrecadação de receita.

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – pediu novamente a palavra para dizer que esta proposta pode ser alterada, marcando rapidamente novas reuniões da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

“Foi dito na comunicação social que em Chaves seria aplicada a taxa mínima e não é bem assim. O PS vai votar contra para que se saiba que estamos atentos”.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 82 votos a favor, 5 abstenções (1 do PS e 3 da CDU) e 12 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O SENHOR DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “ Não posso votar favoravelmente esta proposta porque os prédios não avaliados e, face à situação em que estamos, serão taxados a 0,7%. Também não voto contra porque a lei determina que a taxa mínima para os prédios avaliados seja 0,3%, daí a razão que me levou a abster-me na votação”.

O SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “ o sentido de voto expresso é o resultado natural da intervenção que fiz. O meu desejo era votar favoravelmente, mas não foi assim porque a taxa no que respeita aos prédios não avaliados nos termos do CIMI não está no valor mínimo. Daí o meu voto de abstenção



PONTO 3 – REDUÇÃO DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS ADMINISTRATIVAS DEVIDAS PELA INSTALAÇÃO DE QUIOSQUES NA ZONA HISTÓRICA DA CIDADE DE CHAVES. - ADITAMENTO DO ARTIGO 28-Aº, AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº. 63/GAV/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA referiu ainda a intervenção do Senhor deputado Francisco Melo dizendo que não vale a pena confundir as pessoas com afirmações menos corretas.

De acordo com a informação prestada pela Repartição de Finanças, foram avaliados, em Chaves, cerca de trinta e dois mil prédios, tendo ficado por avaliar cerca de seiscentos. Não são seis mil. São cerca de seiscentos. O Senhor deputado afirmou ter conhecimento de haver muitos prédios que não pagam e eu reservo-me o direito de questionar se desses seiscentos não serão os que devem pagar à taxa de 0,7% e o Senhor não queria que eles pagassem.

Sobre o ponto em discussão pela leitura da proposta podem verificar que é mais uma taxa que baixa.

Já não é só o IMI, que é o imposto de referência, mas também a utilização do espaço público pelos quiosques, na zona histórica em que vai haver uma redução de 80%.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS - disse calcular que o objetivo desta proposta seja atrair atividade ao Centro Histórico e a taxa a aplicar é uma diminuição significativa.

Tenho a ideia que existem quatro ou cinco quiosques instalados fora da Zona Histórica que se encontram encerrados e não sei se as taxas que eram cobradas tiveram alguma influência no encerramento dos mesmos. Penso que há uma disparidade grande relativamente à zona histórica em que as taxas descem 80%, mantendo-se intactas as restantes situações. Será que se baixasse a taxa para os que não se encontra na zona história teriam possibilidades de reabrir?

O Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta, mas deixa este reparo”.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – pediu a palavra para perguntar se os dois quiosques que existem em Vidago também estão abrangidos por esta medida.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas dizendo que os impostos municipais são determinados em função de estudos económicos pelos índices de localização dos bens. No Concelho de Chaves os índices de avaliação pela localização dos prédios são sete. Para determinar o valor das taxas a aplicar é obrigatório atender a essas situações. As taxas foram aprovadas por esta Assembleia há menos de um ano e ainda não foram aplicadas. O Regulamento em vigor limita um teto máximo e por essa razão é que podemos reduzir os valores e cumprimos a lei. Foi perante factos concretos que concluímos ter de rever esta questão e não aplicar as taxas aprovadas, oportunamente, por esta Assembleia Municipal e como, efetivamente, essa taxa ainda não foi aplicada não é, certamente, por essa razão que alguns quiosques estão fechados.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 4 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 2º TRIMESTRE 2013 – INFORMAÇÃO Nº. 17/DGF/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que, este é o segundo trimestre a monitorizar dos vinte planeados e os resultados estão no quadro que foi distribuído aos Senhores deputados.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – disse que PAEL o recurso para ao PAEL serviu para o pagamento de dívidas acumuladas e daí o seu interesse para o Município.

“O Senhor Presidente da Câmara fala em muito património e muitas obras mas não diz que vão ser as gerações futuras a pagá-las. Seria bem melhor ter feito as obras, estarem pagas e ter deixado dinheiro.”

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que pediu a palavra para dizer que este ponto não é para aprovação mais para conhecimento da Assembleia.

“No quadro referente ao total da poupança gerada pela redução da despesa, do segundo para o terceiro trimestre, verifica-se que a poupança aumentou. Há aqui evoluções de alguma arrecadação de receita, sobretudo na primeira parte do quadro em que não tem havido expressão, nomeadamente no aumento da receita “.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu telegraficamente ao Senhor deputado Francisco Melo, dizendo que ele, afinal, reconhece que há obras e que as gerações futuras pagam, mas usufruem dos bens.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento desta Informação.

PONTO 5 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013. INF.9/DGF/SC/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que de acordo com a autorização genérica oportunamente concedida por esta Assembleia Municipal, vem a informação dos contratos assumidos no período decorrido entre a última reunião e esta que hoje ocorre.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – Cumprimentou os presentes e em seguida disse que a Assembleia Municipal tem toma conhecimento dos contratos e compromissos que a Autarquia vai assumindo, normalmente à priori, quando são factos consumados.

“Sobre a questão dos contratos já fechados e dos que ainda estão a decorrer, no período decorrido desde a última reunião da assembleia Municipal, salta-me à vista um procedimento que está a decorrer, respeitante à Associação “A Voz da Juventude”. Novamente, temos um procedimento por ajuste direto, de atribuição a esta Associação de uma verba de 63.480,00€. Queria recordar que esta mesma Associação é aquela fez notícia há dois anos quando o seu Presidente Hugo Silva, membro da JSD, nos deu a conhecer que a dita Associação ia rejuvenescer. Os seus corpos gerentes tinham-se demitido e agora, o lugar que antes era ocupado pelo



Vereador da Juventude e do Desporto, Castanheira Penas, passaria a ser substituído por Marco Ferreira e o Conselho Fiscal tinha como novo Presidente o João Caldas que passaria a substituir o Senhor Vereador Paulo Alves. Isto era o que vinha na comunicação social há dois anos atrás da dita Associação “Voz da Juventude”. Em dezembro passado, numa Assembleia Municipal tivemos também conhecimento de um contrato e de uma transferência da Câmara para esta mesma Associação no valor de 70.537,00€ feita em Setembro de 2012. Nessa altura o Partido Socialista colocou em causa a transparência e o destino a dar a estas verbas e ficou em ata, na íntegra, o registo das minhas afirmações. Eu na altura disse que tinha suspeitas relativamente à transparência e aos fins desta associação e também quanto ao voluntariado das suas atividades. Um concurso de setenta mil euros no ano passado e agora novo procedimento com sessenta e três mil euros, deixam-me, efetivamente dúvidas.

O que eu quero perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se foi aberto concurso e se o procedimento de dezembro de 2012 e o atual foram iguais”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA prestou à Senhora deputada Brigitte, os seguintes esclarecimentos:

Esta Assembleia Municipal e o Partido Socialista têm conhecimento do procedimento porque lhe foram entregues os respetivos documentos.

Recuando um pouco no tempo, é necessário lembrar que a Autarquia tinha contratado treze colaboradoras, com contrato a termo certo, que custavam o valor de setenta e quatro mil euros/ano. Quando o contrato terminou colocou-se a prestação desses serviços a concurso (o PS pediu a documentação e foi-lhe entregue), pelo valor de setenta mil euros. Mas a lei determina que se o prestador que ganhou o concurso anterior descer o seu valor em 10%, pode fazer a adjudicação diretamente e foi isso que aconteceu sempre no rigoroso cumprimento da Lei. Daí que o valor do novo contrato seja de sessenta e três mil euros, ”.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – pediu novamente a palavra dizer que essa situação da “Voz da Juventude” lhe tem causado algum mau estar, quando politicamente não se consegue ou não se quer perceber, que uma declaração política não significa que algo me move contra uma Instituição, ou contra as pessoas que dela fazem parte. Tenho bons amigos dentro desta Associação como tenho nesta sala e quero mantê-los. Nada contra. Politicamente continuarei a pronunciar-me sempre que, determinadas lógicas democráticas me cheirem a clientelismo e sempre que se invoque a transparência e me pareça que os processos são pouco transparentes. Sabemos que é deste trabalho voluntário, que afinal é bem pago, que a Associação tem vivido e sabemos que neste pouco tempo de existência, recebeu em 27 de Fevereiro de 2012 da EHATB, cinquenta mil euros; em 12 de Setembro do mesmo ano recebeu da Câmara Municipal de Chaves setenta mil quinhentos e trinta e sete euros; em Maio de 2013 recebeu novamente da EHATB setenta mil euros e presentemente, neste procedimento que está agora a decorrer, vai receber sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e três euros. Segundo me parece, a outras associações do concelho, não lhes será dada a possibilidade de prestar igual, ou melhor serviço, ao mesmo tempo que protocolos de Juntas de Freguesia continuam por cumprir. Tudo isto ao mesmo



tempo que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior tem uma ação judicial porque uma obra protocolada em 2009, ainda tem cento e vinte mil euros em dívida. Tudo isto quando esta jovem associação, com trabalho meritório, que tem dado emprego e satisfação a tanta gente, angariou, nestes meses, a quantia de duzentos e cinquenta e quatro mil euros que dividido por meses dá um valor de cerca de dez mil euros/mês”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu à Senhora deputada que não é pelo facto de falar mais alto que tem mais razão.

A Senhora deputada Brigitte veio aqui misturar duas situações. A que está a ser discutida neste ponto da ordem de trabalhos diz respeito aos complementos de horário das crianças do pré-escolar, que, neste concelho, e por iniciativa do Município, usufruem do complemento de duas e até três horas para além do horário normal da escola. E quando a Autarquia começou a prestar este serviço aos pais e crianças, a Câmara contratava pessoas, através de concurso, para exercer essas funções. À semelhança do que foi feito por muitos outros municípios em que optaram pela não contratação direta de pessoas, mas sim por intermédio de instituições.

A Senhora deputada devia saber que o valor relativo ao ano escolar 2012/2013 já foi pago, mas o referente a 2013/2014 ainda não foi até porque o ano letivo só vai ter início agora e somar tudo não é correto. O Serviço que há dois anos atrás era feito por setenta e quatro mil euros passou a ser feito em 2012/2013 por setenta mil e em 2013/2014 será feito por sessenta e três mil. Esta é que é efetivamente a realidade. Em resumo a Associação “Voz da Juventude” presta um serviço de apoio ao complemento do horário escolar às crianças do ensino pré-escolar, mais barato do que vinha sendo prestado e com a mesma qualidade.

No final do ano foi feita a respetiva avaliação e não houve uma única educadora de infância, nem ninguém ligado aos jardins-de-infância que tivesse colocado qualquer questão sobre o serviço que foi prestado pela Associação. Se a avaliação é positiva e se temos a oportunidade de continuar a prestar o mesmo serviço, com qualidade e com menor custo, digam-me porque não havemos de o fazer desta forma.

Sobre a outra questão que tentou indexar a esta informo-a que a Associação em causa se candidatou à prestação de um serviço que a Autarquia vinha prestando quando tinha a responsabilidade das atividades extracurriculares e que há três anos letivos atrás foram assumidas pelos Agrupamentos. Esse serviço era prestado por monitores de educação física e consistia no chamado programa de «férias ativas» que tem lugar quinze dias no Natal, outros quinze na Páscoa e dois meses no Verão e tinha um custo assumido pela Câmara superior a trinta e cinco mil euros/ano. A “Voz da Juventude” vem prestando esse serviço. Para além disso presta serviço na Quinta do Rebentão e também na “Loja Ponto Já”. A verba transferida da EHATB diz respeito à quota que pertence ao Município e que este disponibiliza para essa e outras ações. Esta é a situação real e totalmente transparente.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – Usou novamente da palavra para dizer que o “dito” voluntariado e as “ditas” férias desportivas são pagas pelos pais das crianças inscritas.

“Não sei se é para o seguro das crianças mas é pago. A verba de cinquenta mil euros que a Associação recebeu em 2012, da EHATB, diz o contrato que é para prestação



de serviços de apoio social a crianças e jovens de Chaves e por isso é óbvio que não lhes é difícil baixar os tais 10% no final do ano e fazer um contrato de prestação de serviços mais baixo porque depois a compensação vem da EHATB. E esse valor podia ser destinado a outros efeitos.

Ninguém se enganou nas contas nem nos meses. São efetivamente vinte e oito meses e correspondem ao período de fevereiro de 2012 a junho de 2014; são cerca de dez mil euros mensais de dinheiros públicos para a atividade da Associação.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu à Senhora deputada que continua a confundir as coisas porque está a tratar-se de duas coisas diferentes.

Uma coisa é o contrato feito com a EHATB e a outra é a abertura de um concurso que foi ganho pela Associação “A Voz da Juventude” em que estão incluídas as atividades extra curriculares. Estamos a discutir uma situação que é colocada pelo executivo com total transparência e da qual resulta benefício para as crianças que beneficiam destes serviços.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento desta Informação.

PONTO 6 – AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SUPORTE AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS POR UM PERÍODO DE 36 MESES. INF. 03/DGF/2013

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta em discussão dizendo que a Autarquia tem necessidade de proceder à aquisição de licenciamento de software, cujo valor importa em 185.246,94€, de acordo com o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

Como se trata de um compromisso que será repartido por três anos, vem a este Órgão para aprovação.

O **SENHOR DEPUTADO FRANCISCO PINTO DE BARROS** do PS – disse que já, oportunamente levantou uma questão relativamente ao texto das Propostas que por vezes não entendo nada do que lá vem escrito. Também não entendo porque há informações que são para votar e outras que não o são.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que os pontos que vem à Assembleia Municipal têm mais do que um objetivo. Este vem a este Órgão no sentido de obter autorização para fazer uma despesa por mais de um ano.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – discordou do texto do documento dizendo que foi apresentado como informação e sendo assim não tem de ser votado.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 96 votos a favor, 1 abstenção da CDU e 2 votos contra do PS. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS fez a seguinte declaração de voto: “O meu voto contra não tem a ver com questões substantivas ou de mérito, tem a ver com questões de procedimento. Diz a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso que qualquer despesa que tenha encargos plurianuais tem de ter autorização prévia e o que nós estamos a fazer aqui é uma autorização à posteriori”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que todos os assuntos que vem a esta Assembleia Municipal e que necessitam de parecer jurídico são informados pelos juristas.



Esta proposta foi devidamente informada pelo Chefe de Departamento da Autarquia, que é jurista e competente na interpretação da lei.

A lei dos compromissos apenas obriga que quando os compromissos são assumidos tenham disponibilidade financeira. Esta autorização só é solicitada porque a despesa é repartida por três anos.

O **SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS pediu que fique escrito na ata o seguinte: “na informação a Chefe de Divisão diz: assim face ao exposto tomo a liberdade de sugerir que a presente proposta seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo municipal consubstanciando a aprovação da repartição dos compromissos plurianuais nos termos do quadro infra e caso a mesma venha a ser aprovada seja submetida ao órgão deliberativo municipal a fim de este ratificar a assunção dos encargos”.

PONTO 7 - CANDIDATURA “AQUAE FLAVIAE DIGITAL” / SAMA / COMPETE. INF. 15/GSIC/2013.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Proposta em discussão vem a este órgão para declare o interesse estratégico desta candidatura para a modernização administrativa do município.

Há uma candidatura no contexto da Associação de Municípios que prevê um conjunto de intervenções para melhorar e reforçar a prestação dos serviços aos cidadãos, num contexto moderno e funcional. Essa candidatura pode ser complementada por cada município em separado.

Para o efeito solicita-se a aprovação por parte desta Assembleia Municipal de uma declaração de reconhecimento do caráter estratégico e prioritário do projeto candidatado ao financiamento comunitário.

Usaram da palavra os Senhores deputados:

FRANCISCO CHAVES DE MELO, do PS – disse que relativamente à esta candidatura o Partido Socialista se congratula com o gosto pela modernidade e pela aproximação das novas gerações às novas tecnologias que serão o futuro quer da autarquia, quer do País.

“Na lógica do que vinha sendo feito pelo Governo anterior, com a modernização tecnológica do país, esta é uma postura interessante na medida em que nós próprios temos desenvolvido debates para que esta ação tenha continuidade. Espero que depois não haja problemas na contratação como aconteceu com a proposta anterior em que era informação e depois já era para votação”.

NUNO VAZ RIBEIRO, do PS – pediu esclarecimento sobre dois aspetos da proposta que não entendeu bem.

“Já entendi que é uma candidatura no âmbito da Associação de Municípios do Alto Tâmega, apenas não entendi qual o valor da candidatura e respetivo montante de participação”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu aos Senhores deputados.

É pertinente a questão do valor colocada pelo senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro. A candidatura no âmbito da AMAT já está aprovada. O que a Câmara de Chaves vai articular é a aquilo que não entra nessa candidatura e que após a declaração do



interesse estratégico que se pede a esta Assembleia Municipal, vai complementar para cumprir os objetivos a que se propõe.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 97 votos a favor, 2 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8 – EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E. M., S.A.” CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA O ANO DE 2013. APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA. PROPOSTA Nº 68/GAPV/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta proposta tem como objetivo a atribuição de um subsídio de exploração à Empresa “Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M.,S.A.”, no valor de cento e oito mil euros e é feita por imperativo da nova lei do setor empresarial local que determina que os contratos a levar a efeito entre a Câmara Municipal e Empresas Municipais venham a este Órgão autárquico.

A Empresa Municipal é saudável, está a cumprir bem a sua função, apresenta resultados positivos e não depende, maioritariamente, do orçamento da Autarquia.

Este Contrato Programa é feito por duas razões previstas na lei. A primeira por causa dos chamados preços sociais que do ponto de vista empresarial são supridos através deste Contrato Programa. O valor para este efeito tem vindo a diminuir sucessivamente e dessa forma tem sido contempladas pessoas com dificuldades económicas.

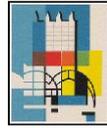
Deste valor uma parte está atribuída às Termas e outra às Piscinas do Rebentão. No caso das piscinas é para suprir o valor dos cerca de quatro mil bilhetes anuais que são oferecidos e nas Termas é para cobrir os valores dos descontos como ainda os protocolos estabelecidos com Juntas de Freguesia e outras entidades.

É nesse contexto que se solicita a esta Assembleia Municipal a aprovação da minuta do Contrato Programa, anexo à presente proposta, que vai permitir a transferência do valor antes mencionado da Câmara Municipal para a Empresa.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que este Contrato Programa tem a finalidade de dar cumprimento ao estipulado pela legislação em vigor.

“Após a sua constituição em 2004 esta Empresa beneficiou sempre de um subsídio que ronda, aproximadamente, os cem mil euros por ano, que no entender do Município é para a prática de preços sociais, o que está correto. No entanto eu estou a ver com preocupação a diminuição de utentes do Balneário termal que, em termos de apuramento, neste momento, ultrapassa os 40% do seu rendimento e o número de utentes anda próximo dos 25%. São valores preocupantes que devem estar na linha de ação para uma mudança estratégica de promoção e de atração a Chaves de mais aquistas. Efetivamente tem-se verificado uma diminuição no termalismo a nível nacional, mas não com montantes tão evidentes. Quero alertar esta Assembleia Municipal para esse facto e para que haja consciência do prejuízo que vem para o desenvolvimento sócio económico da nossa cidade.



Vai haver um novo investimento no Balneário e espero que seja para contribuir a uma maior atratividade daquele espaço termal”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que depois de ler o documento entende a sua razão de ser e a justificação apresentada.

“Não entendo é porque são cento e oito mil euros e não outro valor qualquer. É certo que a Autarquia deve compensar a Empresa pelos preços sociais que pratica porque ela tem de fornecer os serviços aos seus clientes a custo de mercado (custo de produção + margem de lucro).

O Partido Socialista para poder aprovar este Contrato de Programa tem de entender qual é a expressão financeira, naquilo que são as atividades deste Empresa, sobretudo nas piscinas e no Balneário termal e perceber, em resultado dessas decisões que implicam descontos de vária ordem e de vária natureza, e saber quanto é que isso representa e em seguida o Município transferir exatamente esse valor para essa compensação. De outra forma, como não temos os dados, podemos estar, de forma artificial, a equilibrar económica e financeiramente esta Empresa.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às intervenções dos senhores deputados dizendo que o valor que consta no Contrato Programa é calculado em função do custo dos quatro mil bilhetes.

Os preços praticados quer nas Termas, quer nas Piscinas do Rebentão não têm sido alterados e, como tal, é possível calcular de ano para ano, em função do fluxo de utentes que os quatro mil bilhetes oferecidos têm um determinado valor. Relativamente aos protocolos com as Juntas de Freguesia, a percentagem dos descontos aí considerados é igualmente calculado e dá um valor final.

Reafirmo ao Senhor deputado António Almeida que os valores praticados não têm sofrido qualquer alteração nos últimos anos, tendo em conta a situação económica que o país atravessa em que as pessoas têm mais dificuldades e os seus rendimentos são menores.

Sobre a frequência de utentes nas Termas de Chaves existem os dados da Associação “Termas de Portugal” que estão disponíveis e que dizem haver uma diminuição média de cerca de 20% de aquistas a nível nacional, sendo que para Chaves, o valor dessa diminuição é de 14% no termalismo clássico. A percentagem em Chaves está nesse valor porque tem aumentado a prestação de serviços na área do bem estar.

Até 2005, altura em que terminou a última intervenção nas Termas de Chaves, a lei não permitia o uso da água termal para o bem estar e só nessa altura é que começou a funcionar o SPA em que a Empresa lançou uma série de pacotes e dessa forma tem vindo a suprir uma diminuição natural no termalismo clássico. Essa diminuição está associada, como atrás já disse à diminuição dos rendimentos das pessoas e ao na comparticipação por parte dos sistemas de saúde. Mas a diminuição do número de utentes não tem aportado piores resultados à Empresa, pelo contrário. Essa situação deve-se ao facto de terem diminuído os custos da Empresa em função da reorganização dos serviços do que resultou um saldo positivo de trinta e nove mil euros no ano de 2012.

A manutenção dessa capacidade de competição deve-se também ao facto de termos investido cerca de três milhões de euros até 2005 permitindo que o Balneário mais



antigo da década de setenta se modernizasse e dê hoje a resposta que está a dar; o investimento que agora vai ser feito é essencialmente direcionado para o bem estar, nomeadamente para uma área que estava fechada quando este Executivo tomou posse em 2002 – a inalo terapia – que é que tem mais procura nas Termas de Chaves e só reabriu em 2004 por grande insistência da Câmara junto do Governo. Esta intervenção prevê ainda, mediante protocolo já assinado com a UTAD, a investigação sobre a produção de cosméticos que é uma prática usual noutros balneários que são mais competitivos.

É nossa preocupação as Termas de Chaves continuem a ser uma âncora económica do Município como sempre foram e queremos reforçar.

O **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, na sua qualidade de Diretor Clínico das Termas de Chaves, acrescentou o seguinte esclarecimento: Em relação ao tratamento termal a ADSE e os demais subsistemas, continuam a compartilhar os tratamentos como vinham fazendo. Curiosamente os utentes do serviço nacional de saúde, que tinham uma participação mínima e que acabou, foram os que passaram a procurar menos estes serviços.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 93 votos a favor, 5 abstenções (4 do PS e 1 da CDU) e um voto contra do PS. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor deputado António Jorge Pinto de Barros** do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “O meu voto contra deve-se a uma falta de instrução desta Proposta quanto aos valores que estão em causa. Não podemos saber se este subsídio é adequado, ou não, aos serviços prestados por esta entidade, em termos de valores. A Proposta não está bem fundamentada.”

O **Senhor deputado Anselmo José Martins** do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “embora esteja totalmente de acordo com o princípio e apesar de ser contra as empresas municipais, tenho de admitir que estas têm de gerar lucros, ou pelo menos não terem prejuízos. Já o Município tem o dever de prestar serviço social com o qual estou totalmente de acordo. Abstive-me na votação desta Proposta porque não sei qual é o número de utentes das termas que são subsidiados na utilização destes equipamentos”.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “O meu voto de abstenção nada tem a ver com os serviços que a Empresa Municipal presta e pelo conjunto de atividades que desenvolve de cariz social. É porque nós, enquanto membros desta Assembleia Municipal não temos informação que nos permita concluir se efetivamente os cento e oito mil euros são o valor adequado, se é por excesso ou se é por defeito. Seria importante saber quais são os custos de exploração desta Empresa, sem os preços sociais e com os preços sociais, para podermos fazer a necessária apreciação”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu aqui a palavra para dizer que o valor deste subsídio é atribuído em função do cálculo feito ao valor do número de bilhetes oferecidos e dos descontos nos protocolos. Não estamos a falar em termos de futuro, porque aí seria uma previsão. Estamos a falar em termos de passado com o conhecimento do valor real dos bilhetes oferecidos.



É evidente que o objetivo da Empresa Municipal será no sentido de caminhar no sentido de não necessitar deste Contrato Programa. Até à data, quer os descontos nas piscinas da Quinta do Rebentão, quer os que são concedidos nas Termas de Chaves obrigam, ainda, a esta situação.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com com 93 votos a favor, 5 abstenções (4 do PS e 1 da CDU) e um voto contra do PS. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 9 - ACORDO REVOGATÓRIO PARA A EXTINÇÃO DOS EFEITOS DO CONTRATO “CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DO REBENTÃO”, ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E O CLUBE DE CAMPISMO E CARAVANISMO DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 80/GAPV/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que no ano 2000 a Câmara Municipal e o Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves assinaram um Protocolo para gestão daquela infraestrutura que terminaria em 2015.

A Direção do Campismo e Caravanismo pediu a revogação desse contrato passando a gestão para a Câmara Municipal, com exceção do restaurante que se manterá até 2015. Na proposta vem ainda um conjunto de regalias que os sócios do Clube querem manter para além desta revogação e em função do serviço que prestam ao Caravanismo em Chaves e que estão identificadas.

A justificação dada pela Direção do Clube é essencialmente a dificuldade que tem tido em eleger novas direções e os que hoje detêm esse cargo entendem que não têm mais condições para continuar a fazê-lo.

Como esse Protocolo foi sancionado por esta Assembleia Municipal no seu início, vem agora o pedido de revogação a este Órgão para sancionar o seu término. Enquanto não houver outra entidade gestora do Parque será a Câmara Municipal a assumir essa gestão.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que apesar de ter toda a consideração pelos campistas, não concorda com a Proposta em discussão.

“Havia um Protocolo com a Câmara que é denunciado pela direção do Clube e é curioso porque denunciam o contrato mas impõem condições. Entendo que se garanta a situação do restaurante porque é uma entidade comercial que fez investimento e não pode cessar a sua atividade de um momento para o outro. Não entendo que os campistas em geral tenham benefícios até final de 2014 e os atuais dirigentes tenham um benefício maior. Isto parece-me caricato e acho que merece alguma reflexão.

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – disse que o orador anterior disse aquilo que tinha intenção de dizer.

“ Parece-me um pouco esquisito que haja essa quase “imposição” de determinadas condições. Ou seja: o Clube de Campismo e Caravanismo quer ficar com o que é bom, se eventualmente o restaurante é bom. Pergunto se eventualmente se iniciar um novo contrato com outra entidade este será prejudicado em função da continuidade do restaurante e se a nova entidade gestora do Parque não poderia alterar essa situação de privilégio



Pergunto ainda se a Câmara Municipal tem a intenção de assumir a exploração do Parque até 2015 ou se, eventualmente, já está a pensar nalguma entidade”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o atual contrato só cessa em Janeiro de 2014.

O que ali se refere parecendo imposição é mais uma sugestão. A cláusula referente ao restaurante parece-me bem tendo em conta o investimento ali feito. As demais também incluem outros clubes, nomeadamente o de Orense, o de Vigo, o da Corunha com os quais existem determinados acordos que a Direção quis salvar.

Certamente que, a partir de 2014, quem vai gerir o Parque de Campismo é a Autarquia através da Empresa Municipal, uma vez que está dentro dos seus objetos. O que nos preocupa é que o Parque de Campismo continue a ter a afluência que tem e possa vir a reforçar a sua oferta.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 98 votos a favor, 1 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha** da CDU – apresentou a seguinte declaração de voto:” Disse quem mudou de atitude na Assembleia Municipal não foi o deputado Manuel Cunha, foi o Presidente da Mesa. Como não me foi possível falar no ponto em que se referiu a Associação “A Voz da Juventude” pedi para o fazer como declaração de voto. Relativamente a este ponto em discussão só queria dizer que, independentemente, das legalidades, o que os cidadãos querem neste momento é moralidade e é um mau princípio que haja associações com protocolos que envolvem verbas com a Autarquia e é um mau princípio que os dirigentes dessas associações, antes, durante ou depois, sejam candidatos e exerçam funções na Autarquia. Não estou aqui a levantar nenhuma acusação. Só estou a dizer que em política e em democracia foi o que se fez durante estes últimos 30 anos e é necessário colocar um ponto final nisso em nome da transparência”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que pediu a palavra para responder ao Senhor deputado Manuel Cunha.

O Clube de Campismo e Caravanismo, na sequência do acordo que fez com a Câmara e que foi sancionado pela Assembleia Municipal no ano 2000, todos os anos apresentou contas e estão disponíveis para ser consultadas. Nesta transição e até ao final de 2014, a Direção do Clube continuará a apresentar as suas contas; a partir do momento em que seja a Câmara Municipal a assumir a gestão disponibilizará as contas no que serão os custos, as receitas e a manutenção do Parque de Campismo.

PONTO 10 – PROJETO DE REGULAMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 69/DAF/2013.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta Proposta é apresentada em sequência da publicação da lei 27/2013, de 12 de Abril em que as Autarquias são obrigadas a refazer os Regulamentos das atividades de feirantes e vendedores ambulantes.



A Câmara Municipal de Chaves mais uma vez, apresenta aqui hoje um Regulamento que já esteve em discussão pública tendo sido ouvidas a Associação de Feirantes do Distrito do Porto, a ACISAT, a DECO, as Unidades Orgânicas Municipais, sendo este o trabalho final.

A Título informativo a ANMP enviou hoje para as Câmaras Municipais uma proposta/modelo deste Regulamento que não chegou a tempo porque a Lei determina que o mesmo seja aprovado 180 dias após a publicação da Lei.

A grande alteração agora introduzida é que antes era o Município que emitia os cartões de feirante e agora passam a ser emitidos por uma entidade nacional.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – referiu-se à redação da proposta em análise dizendo:

“Temos aqui uma informação/proposta que vem ao encontro do que foi discutido num ponto anterior. Se repararem no virar da página, na parte final diz: «da Proposta em sentido restrito»” .

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS- Disse que por muito bom que seja este Regulamento não esconde o investimento que para este efeito foi feito junto ao Forte de S. Neutel.

Foi ali implantado um espaço destinado aos feirantes que está destruído e para o qual os feirantes não querem ir. Este é mais um exemplo de um enorme investimento que não tem utilidade. Quando se refere que a Autarquia fez grandes investimentos este, por exemplo, foi um grande erro”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que o Município de Chaves antes de lançar este Regulamento teve o cuidado de promover um inquérito junto dos feirantes, dos utentes da feira e moradoras da zona envolvente.

Desse inquérito 90% dos feirantes concordaram com o espaço 85% de utentes, incluindo comerciantes, também achavam que a localização da feira naquele espaço era o ideal e 55% dos moradores ouvidos também concordou com aquele local. Se a Autarquia tem de governar para as pessoas como pode fazer o contrário daquilo que elas querem?

Efetivamente temos de assumir que aquele espaço, adquirido e preparado para aquele efeito, não está hoje a cumprir as funções que lhe competiam. O próximo executivo tem o desafio de saber utilizar aquele espaço urbano, construído com uma finalidade que não resultou, mas que pode vir a ser adaptado a outras funções. Quando este executivo assumiu a gestão da Autarquia em 2002, não dispunha de espaços disponíveis e até esta data, pagou mais de 25 milhões de euros de expropriações de terrenos para as obras que fez. Dispõe agora de um espaço que pode utilizar, que já é seu e está pago com dinheiro dos cofres da Autarquia.

Se se recordam quando tomámos posse havia um pedido de empréstimo para adquirir o terreno onde foi construído o Centro Escolar que já foi concretizado por nós.

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara um inquérito que foi feito às pessoas.



“Entendi que a conclusão do inquérito foi de que as pessoas não queriam a feira naquele espaço, depois de o ter construído para esse fim. A isso chama-se mau planeamento e tomar decisões que não servem as pessoas. O inquérito devia ter sido feito a montante e depois definia onde é que o espaço da feira devia ter sido localizado. Isso agora confere desperdício e até ao momento o dinheiro que ali foi gasto e foram uns milhares, significa desperdício. E não é só este que está em regime de desperdício. Tem muitos outros que já aqui falei de indemnizações que rondam os duzentos mil euros.

Também não concordamos com a sua ideia para aquele local. Vão ver se encaixam ali qualquer coisa. Não é assim. Nós temos de planear a montante e depois fazer de acordo com o que planeamos e com as prioridades que definimos. E se queremos planear para servir as pessoas os inquéritos são feitos antes, não são depois para remediar ou até para justificar a não utilização do espaço”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu à Senhora deputada Paula Barros dizendo-lhe que cometeu um erro na sua intervenção porque não se lembrou que o espaço em questão é uma herança Polis e vem do executivo socialista que me antecedeu. Esse espaço já estava devidamente programado para esse efeito em 2001 e é caso para perguntar porque é que o Partido socialista nessa altura não fez esses inquéritos?

Além disso o que referi na minha intervenção anterior foi que *«o município antes de lançar este regulamento teve o cuidado de promover um inquérito junto dos feirantes, dos utentes da feira e moradoras da zona envolvente»*.

Esta Câmara Municipal dispõe de projetos em carteira para os poder apresentar, sem perda de tempo em determinadas situações, nomeadamente para aceder a programas de financiamento. Não os tendo está sujeita a deixar passar oportunidades que serão, isso sim, erros de gestão.

O próprio Programa Polis não tinha projetos de execução foi esta Câmara que os mandou elaborar. Aliás o Programa inicial contemplava um terço daquilo que realmente foi investido em obra.

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS voltou a usar da palavra para dizer sendo candidata à presidência da Câmara de Chaves sempre esteve presente nas reuniões de Órgão mesmo quando exerceu funções noutras instâncias.

“Muitas vezes essa presença foi utilizada até para transferir responsabilidades que eram suas e do seu executivo, e o mesmo já não podemos dizer dos representantes que hoje temos e que até são candidatos a este Órgão, que nunca aqui vieram até para explicar porque na Assembleia da república votaram propostas de lei que causam efetivamente uma perda fundamental de serviços para os cidadãos flavienses”.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 11 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO. INFORMAÇÃO N.º9/DRH/SHST/2013.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta proposta apresenta com um conjunto de melhoramentos das condições de higiene e segurança dos trabalhadores da Autarquia.

Há dez anos atrás as condições de trabalho de alguns setores, nomeadamente o setor operativo eram muito precárias e hoje tem excelentes condições nas novas instalações. Isso sim demonstra que este Executivo se preocupa com as pessoas e os trabalhadores da Câmara Municipal são exemplo disso e isso reflete uma maior qualidade nos serviços que presta aos cidadãos.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU - disse ser positiva a preocupação do executivo em melhorar as condições de higiene e segurança no trabalho.

“Essas preocupações deveriam ser extensivas aos cuidados de saúde que se prestam no Concelho e na região.

Estava à espera que quer da bancada do Partido Socialista, quer da bancada do PSD, quer do Senhor Presidente da Câmara algum comentário às informações que prestei sobre a situação atual do serviço de urgência do hospital de Chaves. Mas isso não aconteceu”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao senhor deputado Manuel Cunha que sobre as questões do Hospital de Chaves foi nomeado um Conselho de Administração o qual foi incumbido, segundo informação que me chegou do Ministério da Saúde, para avançar com todo o processo no sentido que colocou. Irei questionar o Conselho de Administração sobre essa situação.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor Presidente da Mesa**, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____